



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Editais/Diretoria de Aquisições/SPGF/PCMG

Belo Horizonte, 02 de março de 2026.

Edital Pregão de Serviço(Lei14133) PCMG/SPGF/AQUISIÇÕES/EDITAIS Nº 134244956/2026

EDITAL PREGÃO DE SERVIÇO(LEI14133)**POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS****EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO****(COMPRA DE BENS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1511189 14/2026	
PROCESSO DE COMPRA:	1511189 14/2026
CONTRATANTE:	POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
OBJETO:	Prestação de serviços de Roçada, Capina, Poda de árvores e implantação de Grama , com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços para os locais pré-estabelecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais.
VALOR ESTIMADO:	R\$ 472.777,00
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MAIOR DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Licitação com lotes abertos à ampla concorrência e lotes reservados exclusivamente à ME e EPP e equiparados para os benefícios do Decreto nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.
LOCAL:	Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO	HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO
20/03/2026	09:00 horas

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES
7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO DE EDITAL I - A ENDEREÇO DAS UNIDADES

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

ANEXO DE EDITAL III - MINUTA DE CONTRATO.

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do(a) POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo maior desconto, no modo de disputa aberto, regime de Empreitada por preço global - Prestação de Serviços (sem dedicação exclusiva), nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a Prestação de serviços de **Roçada, Capina, Poda de árvores e implantação de Grama**, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços para os locais pré-estabelecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no [Portal de Compras MG](#) e as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnações poderão ser feitos por qualquer pessoa, exclusivamente por meio eletrônico, no [Portal de Compras MG](#), na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação"), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).

3.2.1. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes às solicitações.

3.2.2. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, data/hora do registro e tipo (pedido de esclarecimento ou impugnação).

3.2.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

3.3. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a resposta e documento complementar, se houver, poderão ser consultados no [Portal de Compras MG](#).

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, § 2º do Decreto nº 48.723/2023.

3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 15 do Decreto nº 48.723/2023.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do Edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação nesta licitação se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).

4.1.1. As orientações aos licitantes para participação nesta licitação são apresentadas no Manual Pregão e Concorrência – Decreto nº 48.779/2024, versão Fornecedor, [disponível no Portal de Compras MG](#).

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no mencionado Decreto 47.437/2018.

4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

4.3.2. não se aplica no caso de licitação, ao item de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.4. nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.

4.4. Para fins do disposto neste Edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

- 4.4.5. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 4.4.6. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- 4.4.7. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 4.4.8. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 4.4.9. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 4.5. **A participação nos lotes 2, 3 e 4 é reservada exclusivamente a ME e EPP, conforme Anexo I - Termo de Referência, é limitada aos licitantes elencados no subitem anterior.**
- 4.6. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.
- 4.6.10. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Opção Cadastro de Fornecedoros](#).
- 4.6.11. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.
- 4.6.12. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.6.13. É dever do representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.6.14. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.
- 4.6.15. O licitante se responsabiliza:
- 4.6.15.1. por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.6.15.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastro da proposta comercial.
- 4.7.16. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
- 4.7.17. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o link: <https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/> ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras, participação em licitações entre contato pelo site: <https://compras.mg.gov.br/canais-de-atendimento/fale-conosco/>.
- 4.8. **Não poderão participar desta Licitação** as empresas que:
- 4.8.18. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 4.8.19. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.8.20. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.8.21. Que se enquadrem nas seguintes situações:
- 4.8.21.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.8.21.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.8.21.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.8.21.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;
- 4.8.21.5.2. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8.21.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.8.21.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.8.21.8. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;
- 4.8.21.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.8.21.10. Empresas reunidas em consórcio.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.9. Após a divulgação do Edital de licitação, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#), a proposta percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema:

5.9.22. o percentual de desconto de cada lote.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

5.11. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

5.12.23. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

5.12.24. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.13. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.14. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de prestar o serviço, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.15. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do [Portal de Compras MG](#), as seguintes declarações:

5.15.25. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

5.15.26. que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.15.27. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.15.28. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.15.29. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

5.15.29.11. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

5.15.29.12. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

5.15.30. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

5.15.30.13. que participa da licitação sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

5.16. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

5.17. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que usufruem do benefício de isenção do ICMS, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e alterações.

5.17.31. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

5.17.32. O disposto nos subitens 5.9 e 5.9.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

6.18. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.19. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no Edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).

6.20. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

6.21. O lance deverá ser ofertado pelo maior percentual de desconto.

6.21.33. O licitante somente poderá oferecer lance de maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances.

6.21.34. O intervalo mínimo de diferença de ~~valores~~ percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de 0,01% (um centésimo).

6.22. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.24. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração desta etapa.

- 6.24.35. Encerrada a etapa de envio de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos descritos acima, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na busca pelo melhor preço.
- 6.24.36. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances durante a prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.24.37. Na hipótese de não haver novos lances durante a prorrogação automática, a etapa de envio de lances será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.5.
- 6.24.38. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.24.39. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por não ofertar nenhum lance no sistema.
- 6.24.40. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.5.
- 6.25. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.
- 6.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para o Polícia Civil de Minas Gerais, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.28. **Do empate ficto**
- 6.28.41. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.
- 6.28.42. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.28.42.14. A melhor classificada nos termos do item anterior será convidada a enviar declaração que está apta a usufruir do empate ficto, e terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.28.42.14.3. Caso o licitante não envie a declaração, o Pregoeiro poderá dar continuidade à sessão pública.
- 6.28.42.15. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.28.42.16. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.29. **Do empate real**
- 6.29.43. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.29.44. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.
- 6.29.45. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do licitante melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO*- CPF e/ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF	NÃO	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/	(Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),		SIM	SIM

acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form .			
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.

- 7.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.1.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.

7.2. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

7.2.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.2.1.1. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

- 7.2.1.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- 7.2.1.1.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.2.

7.2.1.2. O fornecedor deverá realizar o upload da proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.2.1.2.3. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.2.1.2.3.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal [Gov.br](http://gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.2.1.2.3.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também, a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.2.1.3. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.2.1.3.4. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.4.2. contiver vícios insanáveis;
- 7.4.3. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos;
- 7.4.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;
- 7.4.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou
- 7.4.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.

7.5. Considera-se indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

7.5.7. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.5.7.4. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 7.5.7.5. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#) e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no [Portal de Compras MG](#).

7.6.9. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do item 7.6, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

7.6.10. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.7. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 2 horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.8. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.12. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.12. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a pedido fundamentado do licitante, feito pelo chat, antes de findo o prazo, ou, de ofício, quando constatado que este não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.12.13. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. **Da apresentação de Prova de Conceito:**

7.13.14. Não haverá apresentação de prova de conceito no presente certame.

7.14. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

8. DA HABILITAÇÃO

8.15. A verificação dos documentos de habilitação será realizada por meio de consulta ao Cagef, nos documentos por ele abrangidos.

8.16. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

8.17. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

8.18. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.2.1.1 deste Edital.

8.18.15. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.19. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.19.16. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.19.17. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.20.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.20.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.21. Aos beneficiários listados no item 4.4 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.21.20. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.21.21. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o Pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no "chat" que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo Pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

8.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na [Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002](#).

8.23.22. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.24.23. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e anexos.

8.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.27. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

9. DOS RECURSOS

9.28. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.28.24. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.28.25. O juízo de admissibilidade referido no item 9.1.1 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.28.26. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.28.27. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail pregao.spgf@pcivil.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.1.

9.28.28. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.28.29. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.28.30. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.28.31. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

10.29. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723, de 2023, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.30. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.31. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.32. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.33. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.34. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 10.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.35. A sessão deverá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou que anule a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.35.32. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.35.33. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.35.34. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.36. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.36.35. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.36.36. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.36.37. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.36.38. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.37. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no [Portal de Compras MG](#).

12.37.39. A ata ficará disponível no [Portal de Compras MG](#), bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.38. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.38.40. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.38.41. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.38.42. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.38.43. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.38.44. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

13.38.44.6. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.38.44.7. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.38.45. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.38.46. A regra do item 13.1.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.1.5.1.

13.38.47. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.38.47.8. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.38.47.9. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.38.48. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.38.49. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.38.50. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.38.51. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.38.51.10. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.38.51.11. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimento@planejamento.mg.gov.br.

13.38.51.12. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.39. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.

15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

15.40. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

16. DO PAGAMENTO

16.41. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.42. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.43. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.44. O procedimento será divulgado no [Portal de Compras MG](#) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.45. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.46. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.47. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.48. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.49. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.50. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

18.51. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

- 18.52. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 18.53. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 18.54. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 02 de março de 2026.
Antônio Cipriano das Neves Silva
Diretor de Aquisições



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cipriano das Neves Silva, Analista da Polícia Civil**, em 03/03/2026, às 08:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **134244956** e o código CRC **B9B351B8**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PCMG/SPGF/DLPM/AGC/CPD - CPD do Almoxarifado Geral de Consumo/DLPM/SPGF/PCMG

v2.2025.01

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PELOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DE MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA (PREGÃO)

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS
02/02/2026	Polícia Civil de MG	1511189

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA
Nome: Daiana Silva Caetano E-mail: daiana.dlpm.pcmg@gmail.com Ramal para contato: 32576070	DLPM/ Almoxarifado Geral

Sumário

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2. DOS LOTES
3. DA CONTRATAÇÃO
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
9. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
10. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
12. HABILITAÇÃO
13. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Roçada, Capina, Poda de árvores e implantação de Grama**, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços para os locais pré-estabelecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	000010456	100.000 m ²	Unidade	Serviço de capina e limpeza de terreno.	2,48	R\$ 248.000,00
02	01	000010456	100.000 m ²	Unidade	Serviço de roçados, e/ou corte de grama e limpeza de terreno.	0,28	R\$ 28.000,00

03	01	000026212	500 m ²	Unidade	Serviços especializados em corte e ou poda de arvores, incluindo a remoção dos galhos	58,60	R\$ 29.300,00
04	01	000026212	100 m ²	Unidade	Serviços especializados em corte e ou poda de arvores, incluindo a remoção dos galhos	97,67	R\$ 9.767,00
05	01	000004731	7.000 m ²	Unidade	Serviços de jardinagem e paisagismo relacionados a imóveis	22,53	R\$ 157.710,00

1.2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1. Serviço de capina, roçagem, podas de árvores e paisagismo, **com periodicidade conforme demanda das Unidades**, em toda área verde e de solo natural das Unidades das Delegacias da Polícia Civil de MG, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços.

1.2.2.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)	TIPO DO SERVIÇO	PERIODICIDADE
01	01	Serviço de capina e limpeza de terreno.	100.000 m ²	Manual	Conforme Demanda das Unidades
02	01	Serviço de roçados, e/ou corte de grama e limpeza de terreno.	100.000 m ²	Mecânico	Conforme Demanda das Unidades
03	01	Serviços especializados em corte e ou poda de arvores, incluindo a remoção dos galhos (Até 30cm)	500 m ²	Manual/Mecânico	Conforme Demanda das Unidades
04	01	Serviços especializados em corte e ou poda de arvores, incluindo a remoção dos galhos (Até 50cm)	100 m ²	Manual/Mecânico	Conforme Demanda das Unidades
05	01	Serviços de jardinagem e paisagismo relacionados a imóveis	7.000 m ²	Manual	Conforme Demanda das Unidades

1.2.3. O serviço de capina, roçagem e limpeza será executado em uma área total de 100.000 m² (Cem mil metros quadrados). O corte e podas de árvores de até 30 cm, será executado em uma área total de 500m² (quinhentos metros quadrados), o corte e podas de árvores de até 50cm, em uma área total de 100m² (cem metros quadrados). O serviço de jardinagem, que será a implantação de grama, será realizado em uma área de 7.000 m² (sete mil metros quadrados), nas Unidades de Delegacias da Polícia Civil da cidade de Belo Horizonte/MG.

1.2.5. A presente contratação adotará como regime de execução, a Empreitada por Preço Global e como critério de julgamento, o maior desconto.

1.2.6. Nos ambientes de segurança interna, é terminantemente proibido, a entrada de ferramentas como foices, pás de recolhimento e enxadas de qualquer tipo.

1.2.7. Será obrigação da CONTRATADA utilizar redes de proteção no entorno dos equipamentos de roçada que estiverem em operação em áreas onde há o risco de prejuízo físico ou material a terceiros.

1.2.8. O serviço deverá ser realizado na área definida como cascalho, brita, solo natural, grama e quadra de areia em até 12 (doze) solicitações anuais, mediante demanda a qual será sinalizada por meio de ordem de serviço que será emitida de acordo com a necessidade da unidade.

1.2.9. Não será admitida a apresentação, no dia do serviço de roço, de outro empregado da CONTRATADA, que não seja o relacionados previamente.

1.2.10. Dos serviços de roçada, corte e paisagismo:

1.2.10.1. Entende-se por **CAPINA** o serviço de remoção de vegetação daninha desde a sua raiz, a fim de conter sua expansão, desobstruindo a drenagem rápida das águas pluviais, melhorando e otimizando a utilização de vias. **A ROÇAGEM** é o serviço de corte de mato rasteiro semelhante à grama, ou maior, como os vários tipos de capim, bem como a PODA de arbustos e pequenas árvores, se houver.

1.2.10.2. O serviço de **PODA** de árvores de até 30cm e até 50cm com motosserra, consiste no manejo técnico de espécies vegetais (geralmente arbóreas), sempre respeitando normas ambientais para evitar caracterização de "poda drástica" ou crime ambiental.

1.2.10.3. O serviço de **PAISAGISMO** compreende no plantio de grama.

1.2.11. Do Serviço de roço e capina:

1.2.11.1. **A ROÇAGEM** é o serviço de corte de mato rasteiro semelhante à grama, ou maior, como os vários tipos de capim, bem como a PODA de arbustos e pequenas árvores, se houver.

- 1.2.11.2. Os serviços compreendem o roço manual, roço mecanizado, acabamento do roço, capina, limpeza mecanizada, limpeza manual, capina e demais medidas para aparo de grama e retirada de vegetação indesejada nas áreas demarcadas.
- 1.2.11.3. O roço mecanizado poderá ser executado com roçadeira de arrasto, com mini-trator, cortador de grama manual ou cortador de grama elétrico.
- 1.2.11.4. Os locais a serem roçados mecanicamente devem ser previamente inspecionados, garantindo a retirada de pedras ou outros resíduos que possam ser arremessados pelas roçadeiras mecânicas ou elétricas contra pessoas ou bens materiais.
- 1.2.11.5. Executar capina e erradicação de toda erva daninha, desde a sua raiz, a fim de conter sua expansão.

1.2.12. Da limpeza da área após a execução do serviço

- 1.2.12.1. Após a execução do serviço, A CONTRATADA é obrigada, imediatamente, a efetuar o recolhimento de todo o resíduo/entulho produzido, realizar o transporte em veículo adequado, para fins de destinação final ambientalmente adequada, de acordo com as normas ambientais estipuladas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- 1.2.12.2. É proibida a queima dos resíduos da vegetação

1.3. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.3.1. A participação na presente contratação dos Lote 02, 03 e 04 é **exclusiva** para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006, estando os demais lotes abertos à participação de todos.

1.3.2. Contratação com lotes exclusivos para fornecedores qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.4. DA CONTRATAÇÃO:

1.4.1. O prazo de vigência é 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.1.1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

1.5.1. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração. Esta contratação de serviços almeja obter melhor custo benefício ao possibilitar a Administração manter o regular desempenho de suas funções, com o benefício de ter como dispêndio preços competidos pelo mercado. A execução indireta, mediante contratação, de tarefas materiais acessórias, auxiliares e complementares, sendo a contratação mais vantajosa e econômica para a Administração, não só pela redução de custos com pessoal, como também para um melhor e mais eficaz controle da qualidade dos serviços, além da imediata reposição de mão de obra e adequação às necessidades.

1.5.2. Somam-se ao exposto a conveniência e a oportunidade para a contratação os resultados que serão alcançados em termos de economicidade e racionalidade no aproveitamento dos recursos disponíveis. Pretende-se ainda com a contratação:

- evitar o a ocorrência de incêndios, invasões e problemas sanitários, como por exemplo a proliferação de pragas insetos nocivos ao contato humano;
- contribuir para a conservação, preservação e integridade das instalações e bens públicos sob responsabilidade da Polícia Civil de Minas Gerais;
- concorrer para a melhor a apresentação dos imóveis de propriedade da PCMG, nos aspectos físico e estético.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Polícia Civil possui várias unidades com ampla área de solo natural, que demandam uma frequente manutenção, que faz-se necessária para que o local fique limpo, seguro e acessível a todos os indivíduos que ali frequentam.

2.2. A contratação é justificada pelo dever da administração em manter limpo e conservado o patrimônio público em condições indispensáveis para a realização da atividade-fim. A realização de serviços como capina, roçada e limpeza de áreas verdes é crucial para preservar o local, além de evitar o crescimento desenfreado da vegetação, de água parada, e infestação de insetos, mosquitos e roedores, contribuindo diretamente para a conservação do ambiente urbano e manutenção da saúde pública.

2.3. O quantitativo dos serviços que serão realizados, foi baseado em observância da necessidade e periodicidade da demanda, de acordo com questões climáticas e trânsito de pessoas e veículos nas Unidades da Polícia Civil de Minas Gerais.

2.4. Será adotada a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo em vista que o objeto se enquadra como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devida a baixa complexidade dos itens.

3.2. Da Participação de Cooperativa:

3.2.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. DA SUBCONTRATAÇÃO:

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.3. DA SUSTENTABILIDADE:

3.3.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.3.1.1. A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com Art. 6º da IN 01/SLTI/MPOG/2010.

3.3.1.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20 de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

3.3.1.3. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC 52, de 22/10/2009.

3.3.1.4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.3.1.5. A CONTRATADA é obrigada a efetuar o recolhimento dos entulhos e resíduos produzidos após o serviço efetuado, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada.

3.3.1.6. Os produtos utilizados na prestação de serviço devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

3.4. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA OU MODELO:

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8. CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO SERVIÇO:

3.8.1. 3.7.1. Será aplicada ao serviço, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.9. DA VISTORIA:

3.9.1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.

3.9.2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

3.9.3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.

3.9.4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até [descrever o número de dias – escrever por extenso] antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

3.9.5. A vistoria será realizada nas seguintes condições:

3.9.5.1. Para agendamento, entrar em contato através dos telefones (31) 3257-7058 ou pelo e-mail: daiana.dlpm.pcmg@gmail.com..

3.9.6. A vistoria será acompanhada por pela servidora Responsável pela Unidade à época, atualmente com Daiana Silva Caetano, Masp 1.256-840, em até 2 (dois) dias úteis antes da sessão, com no mínimo 24 horas de antecedência, durante os dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário comercial das 8h00 às 17h00.

3.6.7. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Início da execução do objeto: Imediatamente a data de envio da emissão da nota de empenho do serviço.

4.1.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar cronograma, a ser entregue em até 05(cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço, com o detalhamento do início das atividades; tipo de serviço a ser executado em cada área (capina, roça, corte de árvores e plantio de grama), indicando os respectivos locais para a execução, o prazo de duração para entrega do serviço, os produtos a serem utilizados, caso necessário, e ainda, a relação dos servidores que executarão os serviços, com nome completo, número de CPF ou carteira de identidade. Não será admitida a apresentação, no dia do serviço, de outro empregado da CONTRATADA, que não seja o relacionados previamente.

4.1.1.3. Agendamento do serviço com o Servidor da área responsável : (31) 3257-7058 ou pelo e-mail: daiana.dlpm.pcmg@gmail.com, atualmente com Daiana Silva Caetano, Masp 1.256-840, em até 2 (dois) dias úteis antes da sessão, com no mínimo 24 horas de antecedência, durante os dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário comercial das 8h00 às 16h00.

4.1.1.4. As áreas beneficiadas pelos serviços deverão ser sinalizadas, de acordo com as normas técnicas, durante a execução dos trabalhos para se evitar acidentes.

4.1.1.5. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, retirar todos os resíduos provenientes da Roçada, Capina e Corte de Grama, incluindo coleta e transporte, sob seu ônus e responsabilidade, de acordo com a legislação ambiental pertinente, vigente e atualizada,

até o dia seguinte após a finalização da execução dos serviços, e destiná-los ao local indicado de acordo com normas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Para limpeza dos terrenos deverão ser executados os seguintes serviços:

a) Roçada, que compreende o corte de vegetação de pequeno e médio porte. Este corte poderá ser processado manualmente e/ou mecanicamente. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado sob responsabilidade a contratada e observância das normativas ambientais pertinentes.

b) Remoção de lixo, que compreende a retirada de papéis, plásticos e demais lixos urbanos de impacto ambiental que por ventura forem descartados indevidamente nos terrenos, bem como a remoção de todo e qualquer resíduo dos trabalhos executados pela empresa.

c) Remoção/Capina dos matos e vegetação daninha e capim desde a sua raiz, de forma manual, ou utilizando equipamento que facilite o arranquio. O uso de roçadeira em corte rente ao chão não substitui a capina, visto que na capina deve haver retirada das raízes.

d) Coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços para os locais pré-estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG.

A empresa contratada deverá operar com organização completa no gerenciamento, planejamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo todos os materiais de consumo, insumos, mão de obra, ferramentas, equipamentos/máquinas, EPI, EPC, uniformes e transportes necessários à execução dos serviços.

Todos os custos para realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa contratada.

4.1.2. O serviço deverá ser realizado mediante **demanda** a qual será sinalizada por meio de ordem de serviço que será emitida de acordo com a necessidade das unidades das Delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais.

4.1.4. O serviço deverá ser finalizado em no máximo, até 30(trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

4.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO:

4.2.1. Os serviços serão prestados nas Unidades das Delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais, em endereços diversos, na cidade de Belo Horizonte/MG, disponibilizados mediante demanda, através da Diretoria de Logística, Patrimônio e Manutenção. Segue documento anexado ao SEI com os endereços das Unidades da Polícia Civil em Belo Horizonte e regiões metropolitanas, podendo haver alguma alteração 132772182, conforme **ANEXO A**.

4.2.3. Os serviços poderão ser executados em horário comercial das 07h às 16hS, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento com o servidor responsável, conforme subitem 4.1.1.3.

4.2.5. Os horários de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades das Unidades das Delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais, que deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias.

4.3. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

4.3.1. Todos os equipamentos necessários para a realização do serviço serão de responsabilidade da contratada, tais como os custos para o bom funcionamento e manutenção dos mesmos;

4.3.2. Será obrigação da CONTRATADA utilizar redes de proteção no entorno dos equipamentos de roçada que estiverem em operação, em áreas onde há o risco de prejuízo físico ou material a terceiros.

4.3.3. Todos os equipamentos utilizados para execução dos serviços devem ser examinados e aprovados previamente pela CONTRATANTE.

4.3.4. Durante o período de execução do serviço, os equipamentos poderão ser alocados nas Unidades Policiais da PCMG, com conhecimento prévio e aprovação do responsável, o qual indicará o melhor local para a guarda dos mesmos;

4.3.5. A Contratante não se responsabiliza pelos objetos guardados;

4.3.6. Se forem utilizados produtos químicos na execução dos serviços, estes deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

4.4. REGIME DE EXECUÇÃO:

4.4.1. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global;

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. DO RECEBIMENTO:

5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo (s) detalhado (s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos,

contados a partir do recebimento provisório.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.1.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.2. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.2.1. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.2.1.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.2.1.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Relatório circunstanciado.

5.3. DA LIQUIDAÇÃO:

5.3.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 [dez] dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.2.1. O vencimento;

5.3.2.2. A data da emissão;

5.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.3.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.3.2.5. O valor a pagar; e

5.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.3.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4. DO PAGAMENTO:

5.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 [trinta] dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.4.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do [IPCA].

5.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

5.4.5.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

5.4.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.4.7.1. Não produzir os resultados acordados;

5.4.7.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.4.7.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.5. DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO:

5.5.1. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento parcial ou Total.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. REGRAS GERAIS:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §§1º e 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. DA GESTÃO DO CONTRATO:

- 7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.4. Do Preposto:

- 7.4.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.4.2. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.
- 7.4.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento maior desconto, conforme art. 33, da referida Lei Federal.
- 8.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances.
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01%.

8.4. DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

- 8.4.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de aceitação.
- 8.4.2. Será aceita a menor proposta ofertada desde que seja exequível.

8.5. DA PROVA DE CONCEITO (POC):

- 8.5.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO**9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 9.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

- 9.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;
- 9.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 9.1.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de jardinagem e manutenção de áreas verdes, focados na limpeza, controle de vegetação indesejada, saúde das plantas, serviços de remoção de plantas daninhas, cortes de gramas, árvores e implantação de grama, expedido normalmente pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, secretaria de obras ou departamentos de limpeza urbana.
- 9.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- 9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL:

- 9.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso
- 9.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.4.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade deste período ser ininterrupto.
- 9.4.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem que a licitante tenha executado serviços compatíveis em pelo menos 10% do quantitativo licitado.
- 9.4.5. Ter os serviços de roçada, capina e corte de grama no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.4.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.4.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.4.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.4.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz.

9.4.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.11. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

9.4.12. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.5. **HABILITAÇÃO DE COOPERATIVAS:**

9.5.1. Caso admitida a participação de cooperativas, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

9.5.2. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

9.5.3. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

9.5.4. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

9.5.5. Será exigida a seguinte documentação complementar:

9.5.6. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

9.5.7. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

9.5.8. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

9.5.9. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

9.5.10. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

9.5.11. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.5.12. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

10. **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

10.1. **DO CONTRATANTE:**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, e solicitar que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto contratado.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

10.1.6. Solicitar ao Contratado emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. DO CONTRATADO:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

10.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.15.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere

10.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 1,00(um) % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.

11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 472.777,00 (quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta e sete reais)**, conforme pesquisa de preços realizada através do Relatório de Valores Tabelado, pela Secretaria da Infra Estrutura - SEINFR.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela *Lei 24.678, de 2024*.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Autorização Nº. 35 -
05/02/2026: 1511.06.181.032.4060.0001.3.3.90.39.22.0.60.2

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

Responsável

Louise Carolina Gomes Oliveira

MA SP: 1411818-6

Aprovação

Daiana Silva Caetano

MA SP:1256840-8



Documento assinado eletronicamente por **Daiana Silva Caetano, Diretor (a) de Logística Patrimônio e Manutenção**, em 02/03/2026, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **133891842** e o código CRC **C3D35A5A**.

ENDEREÇO DAS UNIDADES PCMG (BH e região metropolitana)

Rua PARAIBA, 167, 4 ANDAR, BAIRRO FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE, MG CEP: 30.130-140

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, Nº 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, Nº 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, Nº 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900

"Rua OSCAR NEGRAO DE LIMA, Nº 200, 1 ANDAR, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-210"

Avenida JOAO PINHEIRO, Nº 417, 2 ANDAR, BAIRRO BOA VIAGEM, BELO HORIZONTE, CEP: 30.130-183

Avenida FRANCISCO SALES, Nº 780, 2 ANDAR, BAIRRO SANTA EFIGENIA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.150-222

Rua DOS GUAJAJARAS, Nº 2.136, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.180-109

Rua EXPEDICIONARIO NILO SEABRA, Nº 177, BAIRRO SANTA EFIGENIA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.260-090

Avenida AUGUSTO DE LIMA, Nº 1.833, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-002

AV. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, Nº 901, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, BELO HORIZONTE, MG, CEP 31.210- 010

Rua BOAVENTURA, Nº 2312, HANGAR 09, SETOR SUL, AEROPORTO DA PAMPULHA, BAIRRO AEROPORTO, BELO HORIZONTE, CEP: 31.270-310

Avenida JOSE BONIFACIO, Nº 7, BAIRRO SAO CRISTOVAO Cidade: BELO HORIZONTE CEP: 31210-690
Avenida PASTEUR, Nº 33, BAIRRO SANTA EFIGENIA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.150290
Avenida JOAO PINHEIRO, Nº 417, TERREO, BAIRRO BOA VIAGEM, BELO HORIZONTE, CEP: 30.130-183
AV. OTACÍLIO NEGRÃO DE LIMA, Nº 640, BAIRRO PAMPULHA, BRLO HORIZONTE, CEP: 31.365-450
Rua SERGIPE, Nº 607, BAIRRO FUNCIONARIOS, BELO HORIZONTE, CEP: 30.130-171
Rua BERNARDO GUIMARAES, Nº 1280, BAIRRO FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE, CEP: 30.140-081
venida BARBACENA, Nº 473, 1 ANDAR, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-130
Avenida AUGUSTO DE LIMA, Nº 1833, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.110-017
Rua MIGUEL GENTIL, Nº 357, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-140
Rua BERNARDO GUIMARAES, Nº 1571, 2 ANDAR, BAIRRO LOURDES, BELO HORIZONTE, CEP: 30.140-082
Rua CONDE PEREIRA CARNEIRO, Nº 400, BAIRRO GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-010
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, nº 4143, 1 E 2 ANDARES - PREDIO ALTEROSAS - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, nº 4143, 3 ANDARES - PREDIO ALTEROSAS - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rua TENENTE BRITO MELO, nº 353, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.180-072
Avenida BARBACENA, Nº 288, 8 ANDAR, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-130
Avenida NOSSA SENHORA DE FATIMA, Nº 2175, BAIRRO CARLOS PRATES, BELO HORIZONTE, CEP: 30.710-182
Avenida BARBACENA, Nº 288, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-130
Avenida BARBACENA, Nº 288, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-131
Rua AVENIDA OTACILIO NEGRAO DE LIMA, Nº 640, BAIRRO PAMPULHA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.365-450
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, Nº 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630900
Rua DOS GUAJAJARAS, Nº 2.136, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.180-109
Rua AVENIDA OTACILIO NEGRAO DE LIMA, Nº 640, BAIRRO PAMPULHA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.365-450
Rua MARTIM DE CARVALHO, Nº 94, TERREO, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-090
Rua CONDE PEREIRA CARNEIRO, Nº 400, BAIRRO GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-010

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Avenida JOAO PINHEIRO, N° 417, TERREO, BAIRRO BOA VIAGEM, BELO HORIZONTE, CEP: 30.130-183
Avenida AMAZONAS, N° 7025, BAIRRO GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-000
Avenida AMAZONAS, N° 7025, BAIRRO GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP:30.510-000
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rua NICIAS CONTINENTINO, N° 1.291, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-160
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Avenida BARBACENA, N° 473, 12 ANDAR, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-130
Avenida AUGUSTO DE LIMA, N° 1.833, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-002
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 7 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rua NICIAS CONTINENTINO, N° 1.291, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-160
Rua OSCAR NEGRAO DE LIMA, N° 200, 1 ANDAR, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-210
Rua PITANGUI, N° 3569, BAIRRO HORTO, BELO HORIZONTE, CEP: 31.030-065
Avenida BRASIL, N° 464, BAIRRO SANTA EFIGENIA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.140-001
Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4.143, PREDIO MINAS, 4 ANDAR - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE, CEP: 31.630-900
Rua UBERABA, N° 175, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.180-080
Avenida NOSSA SENHORA DO CARMO, N° 1.890, SALAS 703/705, BAIRRO SAO PEDRO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.320-000
Avenida AVENIDA AMAZONAS, N° 7.025, BAIRRO NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-000
Avenida BARBACENA, N° 288, BAIRRO BARRO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-130
Avenida AUGUSTO DE LIMA, N° 1845, BAIRRO CENTRO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.190-000

Rodovia PAPA JOAO PAULO II, N° 4143, 1 E 2 ANDARES - PREDIO ALTEROSAS - CIDADE ADMINISTRATIVA, BAIRRO SERRA VERDE, BELO HORIZONTE

Rua PRACA RIO BRANCO, N° 56, BAIRRO CENTRO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.111-050

Rua CONSELHEIRO ROCHA, N° 321, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.150-210

Rua CONSELHEIRO ROCHA, N° 321, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.150-210

Rua EDUARDO PORTO, N° 599, Bairro: CIDADE JARDIM, Cidade: BELO HORIZONTE, CEP: 30.380-060

Rua GUAJAJARAS, N° 1353, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.180-101

Rua OURO PRETO, N° 1050, BAIRRO SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.170-041

Avenida SINFRONIO BROCHADO, N° 940, BAIRRO BARREIRO DE BAIXO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.640-000

Rua SOLIMÕES, N° 263, BAIRRO JARDINOPOLIS, BELO HORIZONTE, CEP: 30.510-530

RUA XIMANGÔ, 50. FLÁVIO MARQUES LISBOA. BELO HORIZONTE. 30624-160.

Rua DOUTOR GERALDO STARLING SOARES, N° 199, BAIRRO REGINA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.692-000

Rua JOSE LAPORTE NETO, N° 95, BAIRRO ESTORIL, BELO HORIZONTE, CEP: 30494-210

Avenida PORTUGAL, Nº 2170, BAIRRO JARDIM ATLANTICO, BELO HORIZONTE, CEP: 31.270-705
Avenida VILARINHO, Nº 1551, 9 AISP, BAIRRO VENDA NOVA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.615-250
Avenida PORTUGAL, Nº 735, BAIRRO SANTA AMELIA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.555-000
Avenida DR CRISTIANO GUIMARAES, Nº 563, BAIRRO VILA CLORIS, BELO HORIZONTE, CEP: 31.720-300
Avenida JOAQUIM CLEMENTE, Nº 490, BAIRRO FLORAMAR, BELO HORIZONTE, CEP: 31.840-340
Rua POUSO ALEGRE, Nº 417, 3 ANDAR, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.110-010
Rua POUSO ALEGRE, Nº 417, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE CEP: 30.015-065
RUA JAQURI, Nº 87, BAIRRO RENASCENÇA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.130-370
Rua MANTIQUEIRA, Nº 26, BAIRRO SANTA INES, BELO HORIZONTE, CEP: 31.080-210
Rua NOSSA SENHORA AUXILIADORA, Nº 294, BAIRRO SAO GABRIEL, BELO HORIZONTE, CEP: 31.980-610
Rua PROFESSOR JOSE RENAULT, Nº 485, BAIRRO SAO BENTO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.350-342
Rua CARANGOLA, Nº 27, BAIRRO SANTO ANTONIO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.330-240

Rua CORCOVADO, Nº 631, BAIRRO JARDIM AMERICA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.421-389
Rua OUTONO, Nº 259, BAIRRO CARMO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.315-520
Avenida JEQUITINHONHA, Nº 690, BAIRRO VERA CRUZ, BELO HORIZONTE, CEP: 30.285130
Avenida JOAO XXIII, Nº 287, BAIRRO ALIPIO DE MELO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.820-660
Avenida JOAO XXIII, Nº 287, BAIRRO ALIPIO DE MELO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.820-660
Avenida JOAO XXIII, Nº 287, BAIRRO ALIPIO DE MELO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.820-660
Rua JORDANIA, Nº 313, AISP 23, BAIRRO OURO PRETO, BELO HORIZONTE, CEP: 31.310-470
Avenida DOM PEDRO II, Nº 2180, BAIRRO CAICARA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.710-010
AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHECK, Nº 3250, BAIRRO MINAS BRASIL, BELO HORIZONTE, CEP: 30.720-240
Avenida JOAO XXIII, Nº 287, BAIRRO ALIPIO DE MELO, BELO HORIZONTE, CEP: 31.270-802
Rua POUSO ALEGRE, Nº 417, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, CEP: 31.110-010
Rua CONSELHEIRO ROCHA, Nº 321, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, CEP: 30.150-210

Rua SINFRONIO BROCHADO, Nº 940, BAIRRO BARREIRO DE BAIXO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.640-000
Avenida AVENIDA JOAO XXIII, Nº 287, BAIRRO ALIPIO DE MELO, BELO HORIZONTE, CEP: 30.820-660
Rua FRANCISCO MIGUEL, Nº 152, BAIRRO CENTRO, CONTAGAGEM, CEP 32.041-250
RUA DOUTOR JOSÉ CANÇADO BAHIA, Nº 1550, BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL, CONTAGEM-MG CEP 32.210-130
Rua TURMALINA, Nº 380, BAIRRO SÃO JOAQUIM, CONTAGEM, CEP 32.113-060
Rua SENEGAL, Nº 226, BAIRRO NOVO ELDORADO, CONTAGEM, CEP 32.340-640
Rua ACILINO DINIZ MOREIRA, Nº 77, BAIRRO FONTE GRANDE, CONTAGEM, CEP 32.013-510
Rua CAMILO SCHIARA, Nº 105, BAIRRO JARDIM RIACHO DAS PEDRAS, CONTAGEM, CEP 32.241-000
Rua MARIA JOSE CHIODI, Nº 960, BAIRRO NOVA CONTAGEM, CONTAGEM, CEP 32.050-164
Rua RIO ELBA, Nº 260, BAIRRO NOVO RIACHO, CONTAGEM, CEP 32.280-310
Rodovia BR-040, KM 688, - CEASA, BAIRRO KENNEDY, CEP 32.145-900
Avenida MARIA DA GLORIA ROCHA, 425, 6 ANDAR - SALA 624, BAIRRO BEATRIZ, CONTAGEM, CEP 32.010-375
Rua DOUTOR JOSE AMERICO CANCADO BAHIA, Nº 1550, BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL, CONTAGEM, CEP 32.041-270
Rua CAPITAO ANTONIO JOAQUIM DA PAIXAO, Nº 260, BAIRRO CENTRO, CONTAGEM, CEP 32.041-230
Rua POMPEIA, Nº 264, BAIRRO SANTA CRUZ INDUSTRIAL, CONTAGEM, CEP 32.340-220
AV. BABITA CAMARGOS, Nº 1295, BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL - CONTAGEM/MG - CEP: 32210-180

RUA DOUTOR JOSÉ CANÇADO BAHIA, Nº 1550, BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL, CONTAGEM-MG CEP 32210-130	
Rua CECILIA JULIA DO PRADO, Nº 255, BAIRRO CENTRO, BETIM, CEP 32.600-166	
Rua DA BANDEIRA, Nº 67, BAIRRO LARANJEIRAS, BETIM, CEP 32.676-564	
AVENIDA RIO MADEIRA, Nº 84 BAIRRO SANTA CRUZ, BETIM - CEP: 32.667-380	
Avenida CAMPO DO OURIQUE, Nº 1309, BAIRRO JARDIM DAS ALTEROSAS, BETIM, CEP 32.670-725	
Rua ROMUALDA AUGUSTA DE MELO, Nº 217, BAIRRO CENTRO, BETIM, CEP 32.600-098	
Rua PROFESSOR ANTONIO ALEIXO, Nº 03, BAIRRO COLONIA SANTA IZABEL, BETIM, CEP 32.641-315	
Rua CECILIA JULIA DO PRADO, Nº 255, BAIRRO CENTRO, BETIM, CEP 32.600-166	
Rua CECILIA JULIA DO PRADO, Nº 255, 2º ANDAR, BAIRRO CENTRO, BETIM, CEP 32.600-166	
Rua REDELVIM ANDRADE, Nº 99, BAIRRO HORTO, BETIM, CEP 32.604-125	
RUA DONA CECÍLIA JÚLIA DO PRADO, Nº 255, BAIRRO CENTRO BETIM CEP: 32.600-166	
AVENIDA AMAZONAS, Nº 4201, BAIRRO CACHOEIRA, BETIM CEP: 32.602-508	
AVENIDA AMAZONAS, Nº 4201, BAIRRO CACHOEIRA, BETIM CEP: 32.602-508	
RABECÃO BETIM	Rua CECILIA JULIA DO PRADO, Nº 255, 2º ANDAR, BAIRRO CENTRO, BETIM, CEP 32.600-166
DELEGACIA REGIONAL EM RIBEIRÃO DAS NEVES	RUA ARTUR JOSÉ ALVES, Nº 10 - BAIRRO SAVASSI - RIBEIRÃO DAS NEVES - CEP 33.880-440
01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - RIBEIRAO DAS NEVES	Rua ANTONIO DE SOUZA MENEZES, Nº 07, BAIRRO RIBEIRAO DAS NEVES, CEP 33.900-720

02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - RIBEIRAO DAS NEVES	Rua ONOFRE DE OLIVEIRA, Nº 130, BAIRRO SAO PEDRO, RIBEIRAO DAS NEVES, CEP 33.805-490
03 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - RIBEIRAO DAS NEVES - (VENEZA)	Rua JOSE SAPORI, Nº 327, BAIRRO VENEZA, RIBEIRAO DAS NEVES, CEP 33.820-250
DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL CENTRO EM RIBEIRÃO DAS NEVES	RUA JOSÉ BONIFÁCIO NOGUEIRA Nº 130 BAIRRO SÃO PEDRO, RIBEIRÃO DAS NEVES-MG, CEP 33.805-490
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - ESMERALDAS	Rua NICOLAU DE LEMOS, Nº 54, BAIRRO CENTRO, ESMERALDAS, CEP 35.740-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - RIBEIRAO DAS NEVES	Rua ARTHUR JOSE ALVES, Nº 10, BAIRRO SAVASSI, RIBEIRAO DAS NEVES, CEP 33.880-440
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - RIBEIRAO DAS NEVES	Rua LUIZA AUGUSTA GUIMARAES, Nº 150, BAIRRO SAÕ PEDRO, RIBEIRAO DAS NEVES, CEP 33.805-550
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE HOMICIDIOS - RIBEIRAO DAS NEVES	RUA PORFÍRIO MOREIRA GOMES Nº 369 BAIRRO SAVASSI, RIBEIRÃO DAS NEVES-MG. CEP 33.880-530
DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL CENTRO EM RIBEIRÃO DAS NEVES	RUA JOSÉ BONIFÁCIO NOGUEIRA Nº 130 BAIRRO SÃO PEDRO, RIBEIRÃO DAS NEVES-MG. CEP 33.805-490
DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL EM JUSTINÓPOLIS	RUA ANTÔNIO DE SOUZA MENEZES, Nº 07, BAIRRO CENTRO DE JUSTINÓPOLIS, RIBEIRÃO DAS NEVES, CEP 33900-720
04 DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - IBIRITE	Rua GERALDO DINIZ MATOS, Nº 10, PRAÇA, BAIRRO CENTRAL PARK, IBIRITÉ, CEP 32.400-260
01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - IBIRITE	Avenida PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, Nº 246, BAIRRO PALMARES, IBIRITÉ, CEP 32.423-090
02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - IBIRITE	Rua ALCINA CAMPOS TAITSON, Nº 274, BAIRRO CENTRAL PARK, IBIRITÉ, CEP 32.400-230
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - BRUMADINHO	Rua EURICO DE OLIVEIRA PORTO, Nº 60, BAIRRO CENTRO, BRUMADINHO, CEP 35.460-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - MARIO CAMPOS	Avenida GOVERNADOR MAGALHAES PINTO, Nº 380, BAIRRO CENTRO, MARIO CAMPOS, CEP 32.470-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SARZEDO	Rua 02, Nº 150,BAIRRO SANTA ROSA,SARZEDO, CEP 32450-000

DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - IBIRITE	Rua GERALDO DINIZ MATOS, Nº 10, BAIRRO CENTRAL PARK, IBIRITE, CEP 32.400-000
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - IBIRITE	RUA JOÃO LIBERIO FERREIRA, Nº 180, BAIRRO CENTRAL PARQUE, CEP: 32407-033
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE HOMICIDIOS - IBIRITE	Avenida SAO PAULO, Nº 264, Bairro SAO LUIZ, IBIRITE, CEP 32.400-224
05 DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - JUATUBA	Rua MARIO TEIXEIRA, Nº 417, 3 ANDAR, BAIRRO VARGINHA, JUATUBA, CEP 35.480-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - BONFIM	Rua DR. PEDRO PINTO, Nº 14, BAIRRO SAO MIGUEL BAIRRO BONFIM, CEP 35480-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - FLORESTAL	Rua CABO VERDE, Nº 07, BAIRRO CENTRO, FLORESTAL, CEP 35690-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - IGARAPE	Rua CRISTIANO MACHADO, Nº 1042, BAIRRO TRES PODERES, IGARAPE, CEP 32.516-266.
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - ITAGUARA	Rua FRANCISCO HILARIO, Nº 183, BAIRRO CENTRO, ITAGUARA, CEP 35.488-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - MATEUS LEME	Rua DR. THOMAZ DE ANDRADE, Nº 707, BAIRRO CENTRO, MATEUS LEME, CEP 35.670-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SAO JOAQUIM DE BICAS	Avenida CORONEL FRANCISCO SARAIVA, Nº 893, BAIRRO TERESA CRISTINA, SAO JOAQUIM DE BICAS, CEP 32.920-000
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER DE JUATUBA	Rua MARIO TEIXEIRA, Nº 450, BAIRRO CENTRO, JUATUBA, CEP 35.675-000
03 DEPARTAMENTO DE POLICIA CIVIL - VESPASIANO	Rua JOSE FONSECA COTA, Nº 323, BAIRRO JARDIM ITAU, VESPASIANO, CEP 33200-554
01 DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - SANTA LUZIA	RUA BALDIM, Nº 395, BAIRRO MORADA DO RIO, SANTA LUZIA, CEP: 33.030-340
01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SANTA LUZIA	Avenida YOLANDA TEIXEIRA DA COSTA, Nº 1850, BAIRRO PALMITAL, SANTA LUZIA, CEP: 33.145-380
02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SANTA LUZIA	Rua DIREITA, Nº 68, BAIRRO CENTRO HISTORICO, SANTA LUZIA, CEP: 33.010-000

03 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SANTA LUZIA	AV. BRASÍLIA, 3550, BAIRRO CONJUNTO CRISTINA. CEP 33.110-580, SANTA LUZIA / MG.
04 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SANTA LUZIA	Funciona junto com 2DPC Rua Direita, 68 Bairro Centro Santa Luzia -MG CEP: 33.010.000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - JABOTICATUBAS	Rua BENEDITO QUITINO, Nº 92, BAIRRO CENTRO, JABOTICATUBAS, CEP 35830-000
DELEGACIA ESP. EM HOMICÍDIOS EM SANTA LUZIA	RUA ANA BATISTA DA CRUZ, Nº 895, BAIRRO BELO VALE - SANTA LUZIA - MG / CEP: 33.113-165
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - SANTA LUZIA	Rua BALDIM, Nº 395, BAIRRO RIO DAS VELHAS, SANTA LUZIA, CEP 33030-340
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - SANTA LUZIA	AV. BRASÍLIA, 3550, BAIRRO CONJUNTO CRISTINA. CEP 33110-580, SANTA LUZIA / MG
02 DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - NOVA LIMA	Rua DOUTOR JOAO PENA, Nº 150, BAIRRO CENTRO, NOVA LIMA, CEP 34000-066
01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - NOVA LIMA	Rua PRACA CORONEL ARISTIDES, Nº 100, BAIRRO CENTRO, NOVA LIMA CEP 34000-000
02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - NOVA LIMA	Rua PRACA CORONEL ARISTIDES, Nº 100, BAIRRO CENTRO, NOVA LIMA CEP 34000-096
03 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - NOVA LIMA	Rua ONTARIO, Nº 1432, BAIRRO JARDIM CANADA, NOVA LIMA, CEP 34000-000
04 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - NOVA LIMA	Rua MILTON CAMPOS, Nº 173, BAIRRO VILA DA SERRA, NOVA LIMA, CEP 34000-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - RAPOSOS	Rua JOAQUIM TEIXEIRA, Nº 95, BAIRRO CENTRO, RAPOSOS, CEP 34.400-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - RIO ACIMA	Rua RUA ANTONIO CARLOS, S/N, BAIRRO CENTRO, RIO ACIMA, CEP 34300-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - NOVA LIMA	Rua PRACA CORONEL ARISTIDES, Nº 100, BAIRRO CENTRO, NOVA LIMA CEP 34.640-000
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - NOVA LIMA	RUA JOVIANO ASSIS FONSECA, Nº 41, BAIRRO CARIOCAS, NOVA LIMA, CEP 34.003-458

(CORE) - COORDENADORIA DE OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS - NOVA LIMA	ALAMEDA OSCAR NIEMEYER, N.º 1285, VILA DA SERRA, NOVA LIMA/MG CEP: 34.006-065
DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL REGIONAL EM VESPASIANO	RUA JOAQUIM JOSÉ DA SILVA NETO, N.º 13 BAIRRO PARQUE JARDIM ITAÚ, VESPASIANO - MG CEP: 33.200-516
01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - VESPASIANO	RUA SENADOR MODESTINO GONÇALVES, N.º 33, BAIRRO PARQUE JARDIM ITAÚ - VESPASIANO - MG / CEP: 33.200-512
02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - VESPASIANO	Rua JAU, N.º 14, BAIRRO JARDIM DA GLORIA, VESPASIANO CEP: 33.206-066
03 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - VESPASIANO	Rua UM, N.º 250, AISP 68, BAIRRO NOVA PAMPULHA, VESPASIANO, CEP: 33.203-440
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - VESPASIANO	Rua JAU, N.º 14, BAIRRO JARDIM DA GLORIA, VESPASIANO CEP: 33.206-066
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - VESPASIANO	RUA MODESTINO FONSECA COTA, N.º 369, BAIRRO PARQUE JARDIM ITAÚ, VESPASIANO - MG/ CEP 33.200-546
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM HOMIÓCIDIOS EM VESPASIANO	AV. SEBASTIÃO ANTONIO RIBEIRO, N.º 1078, BAIRRO GAVEA, VESPASIANO - MG / CEP 33.202-500
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - CONFINS	RUA LINDONOR RIBEIRO, n.º 490, BAIRRO CENTRO, CONFINS - MG, CEP: 33.500-000
UNIDADE ESPECIAL DO AEROPORTO DE CONFINS	(CISP) Rodovia LMG 800, 0, KM 7,9 - TERMINAL DE PASSAGEIROS Bairro: AEROPORTO Cidade: CONFINS CEP: 33500-900
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - LAGOA SANTA	RUA SANTOS DUMONT, N.º 55, BAIRRO VARZEA, LAGOA SANTA CEP: 33.233-092
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SAO JOSE DA LAPA	Rua JOSE GOMES GUIMARAES, N.º 31, BAIRRO CENTRO, SAO JOSE DA LAPA, CEP: 33.350-000
04 DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL - SABARA	RUA PRINCESA ISABEL, N.º 31, BAIRRO CENTRO, SABARÁ, MG, CEP:34.505-310

01 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SABARA	Rua CRETA, Nº 137, BAIRRO ANA LUCIA, SABARA, CEP 34.710-140
02 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SABARA	Rua ALEMANHA, Nº 658, BAIRRO NACOES UNIDAS, SABARA CEP 34.590-200
03 DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - SABARA	Avenida JOAO PINHEIRO DA SILVA, Nº 25, 2 ANDAR, BAIRRO CAMPO SANTO ANTONIO/ESPLANADA, SABARA, CEP 34.515-410
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL - CAETE	Rua BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 668, BAIRRO CHAPADA, CAETE, CEP 34.800-000
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO - SABARA	Rua ALEMANHA, Nº 658, BAIRRO NACOES UNIDAS, SABARA CEP 34.590-200
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER - SABARA	Avenida JOAO PINHEIRO, Nº 25, 1 ANDAR, BAIRRO CAMPO SANTO ANTONIO, SABARA, CEP 34.515-410
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE HOMICIDIOS - SABARA	RUA ONOFRE MAYER NEVES, Nº 72 - BAIRRO VILA BOM RETIRO, SABARÁ - MG, CEP: 34710-290



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PCMG/SPGF/AQUISIÇÕES/EDITAIS - Editais/Diretoria de Aquisições/SPGF/PCMG

v1.2024.12

ANEXO II – MINUTA PADRONIZADA DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1511189 14/2026			
(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)			
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
Telefone:			
Endereço Eletrônico:			
Nome do Representante Legal:			
CPF do Representante Legal:			
LOTE 01	Item 01 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL R\$	VALOR TOTAL /ANUAL R\$
	Item 02 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL R\$	VALOR TOTAL /ANUAL R\$
	Item XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL R\$	VALOR TOTAL /ANUAL R\$
	VALOR TOTAL DO LOTE	R\$	
LOTE: XX	Item XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL R\$	VALOR TOTAL /ANUAL R\$
	Item XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO / MENSAL R\$	VALOR TOTAL /ANUAL R\$
	VALOR TOTAL DO LOTE	R\$	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PCMG/SPGF/DCC/CONTRATOS - Diretoria de Contratos e Convênios/DCC/SPGF/PCMG

v2.2025.01

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA PADRONIZADA DE TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PELO CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS DE MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA (PREGÃO OU CONCORRÊNCIA)

CONTRATO Nº [INSERIR Nº]/[INSERIR ANO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

PROCESSO DE COMPRAS Nº 1511189 14/2026

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da **POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS**, com sede no 4º andar, do Prédio Minas, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada à Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-900, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: contratos.spgf@pcivil.mg.gov.br, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.715.532.0001-70, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, **DOCTORA ANDREA MENDES DE SOUZA ABOOD**, inscrita no Masp nº 457.999-1, Resolução de competência PCMG nº 8.215, de 05 de Abril de 2022 e [inserir nome do CONTRATADO], endereço de correio eletrônico [inserir e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [inserir nº parcial do CNPJ], com sede na [inserir endereço/município], neste ato representada por Sr(a). [inserir nome do representante do contratado], doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 1511189 14/2026** em observância às disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à legislação estadual, às disposições deste Contrato e, ainda, no que couber, às demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Roçada, Capina, Poda de árvores e implantação de Grama**, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para a execução do serviço, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços para os locais pré-estabelecidos pela Polícia Civil de Minas Gerais, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	000010456	Serviço de capina e limpeza de terreno.	100.000 m ²	Unidade		
02	01	000010456	Serviço de roçados, e/ou corte de grama e limpeza de terreno.	100.000 m ²	Unidade		
03	01	000026212	Serviços especializados em corte e ou poda de árvores, incluindo a remoção dos galhos	500 m ²	Unidade		
04	01	000026212	Serviços especializados em corte e ou poda de árvores, incluindo a remoção dos galhos	100 m ²	Unidade		
05	01	000004731	Serviços de jardinagem e paisagismo	7.000 m ²	Unidade		

			relacionados a imóveis				
--	--	--	---------------------------	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Termo de Referência;
- 1.2.2. Edital de Licitação;
- 1.2.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;
- 1.2.4. Proposta comercial do CONTRATADO;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos acima.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contado(s) a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor da contratação é de R\$ [inserir valor (inserir valor por extenso)].

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

511.06.181.032.4060.0001.3.3.90.39.22.0.60.2

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, em 09 de fevereiro de 2026, documentos SEI 132917068, 132920256, 132917290, 132920421 e 132917409, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.4. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.4.1. Considera-se data do orçamento estimado a data de assinatura do Mapa Comparativo de preços.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Os preços contratados poderão ser atualizados, por meio de Termo Aditivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme disposto no art. 124, II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por acordo entre as partes, e poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, mediante pedido formal.

7.7.1.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) estão descritas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

11.7. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018.

12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

- 12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.
- 12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.
- 12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.
- 12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.
- 12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.
- 13.1.1. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja acordo entre as partes.
- 13.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 13.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89 da Lei 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 15.1.1. O Portal de Compras está integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

- 16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE: EMG/POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

CONTRATADA: [INSERIR NOME CONTRATADA]



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Mara Martins Barbosa de Oliveira, Técnico (a) Assistente da Polícia Civil**, em 11/02/2026, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **133114112** e o código CRC **DF775905**.